

UM JUIZ DE 2024 ANALISANDO UM JUIZ DE 1984

No dia 1º de junho de 1984, fui empossado pelas mãos do Desembargador Claudionor Ramos, Juiz de Direito.

A minha relação com a magistratura, ao longo destes quarenta anos, é muito sólida e, por essa razão, poderá ser narrada em um livro de memórias.

Mas o propósito de hoje é, em poucas palavras, como exigem os leitores contemporâneos, tentar retratar as grandes mudanças que percebi no *ofício* de magistrado.

Quando comecei a pensar na possibilidade de ser um magistrado, logo pensei no que seria necessário para ter um bom desempenho. Como o primeiro requisito – graduação em Direito – já estava atendido, pensei, então, no que seria necessário para ser um bom juiz. Não precisei ir muito longe para concluir que apenas seria necessário *coração e dedicação*, já que as demais aptidões viriam a reboque destas duas. E lá fui eu me candidatar a exercer tão honroso e digno cargo.

Aprovado, segui para uma modesta comarca, onde fui levado a fazer uma viagem de volta ao tempo, mergulhando no imaginário popular da localidade, que enxergava um triunvirato a comandar os seus destinos. O *prefeito* como o provedor das necessidades coletivas; o *padre*, em tempos de hegemonia ainda maior da Igreja Católica, como o medianeiro de suas súplicas a Deus; e o *juiz*, como o encarregado de atender aos famintos e sedentos de justiça. Responsabilidade enorme depositada nos ombros de um jovem de vinte e oito anos de idade, que ainda não conseguia direito entender a dimensão das suas funções no corpo da sociedade, uma vez que transcendia àquela outorgada pelo ordenamento jurídico em vigor.

Decidindo com base nas experiências adquiridas em breve passagem nos outros dois Poderes da República; nas reminiscências dos bancos acadêmicos; na pequena experiência adquirida com o exercício solitário da advocacia "*clínica geral*", que propiciou, apenas, conhecimento prático de fragmentos do grande mundo jurídico; e nos compêndios recomendados pelos mestres do período acadêmico, segui em frente, tendo, muitas vezes, de inovar

trazendo decisões e aplicações que não considerava muito as práticas ortodoxas vigentes, sempre aceitas e nunca contestadas, mas sempre tendo como limites a lei e o caso em concreto que apreciava. Esse foi o primeiro momento vivenciado.

Seguindo à minha caminhada, deparei-me com o momento importantíssimo da entrada em vigor da *Constituição Cidadã*, que abriu um enorme plexo de direitos sociais que geraram conquistas significativas para os cidadãos.

No vácuo dessas conquistas, lembro-me da iniciativa do Desembargador Mário Albiani, que exortava os magistrados a estender a sua visão além-gabinete, além-paredes do Fórum e passar a atuar, diretamente, junto à sociedade. Registrei, naquele momento, a formação do embrião de um Juiz mais exposto, que saía da sua confortável poltrona e ia participar do momento vivido pela sociedade.

Quando assumi o cargo, valho-me de registrar a necessidade sentida de desenvolver, cada vez mais, a aptidão de *ouvir*. Ouvir desventuras; ouvir relatos de testemunhas; ouvir depoimentos de autodefesa; ouvir, enfim, os que procuravam uma autoridade constituída, com a esperança de que seus reclamos fossem nada mais do que ouvidos e solucionados. Igualmente nessa dimensão da audição mais apurada, o destino me conduziu à presença de um grande Magistrado, que foi o Desembargador Presidente Jatahy Fonseca, o qual também sabendo ouvir, escolheu-me para ser o 1º Ouvidor-Geral do Tribunal de Justiça da Bahia, importante função de canalização das queixas dos jurisdicionados até o dirigente maior da instituição.

Na sequência, veio o impacto do avanço tecnológico nos trabalhos do Judiciário. As máquinas datilográficas, os “malotes” físicos dos Correios, os processos costurados à mão, o próprio papel e a caneta foram, aos poucos, sendo substituídos pelas comunicações telemáticas, tendo uma sofisticada máquina, apelidada de computador, assumindo o direcionamento de todas as ações do Judiciário.

Em um ambiente completamente diferente do que presenciei quando entrei, percebi que a facilidade de troca de informações, por meio da rede mundial de computadores, e as crescentes demandas geradas pela *Constituição Cidadã* conduziram

à necessidade de o próprio Poder Judiciário orientar os seus membros para uma outra linha de atuação, até então praticamente inexistente, que foi a *gestão*.

Vejam que já me refiro a um quarto momento de vivência da minha carreira, passando de um juiz que era visto como um ser com superpoderes, recolhido em seu gabinete de trabalho, para um juiz que saía às ruas e ia mostrar a sua face mais humana, mais participativa, para, posteriormente, passar por um processo de adaptação à nova realidade vivenciada com as novas conquistas sociais, passando, ainda, pelo momento ímpar em que foi desafiado a aprender uma nova e inusitada maneira de trabalhar, acompanhando a nova realidade global trazida pelas novas tecnologias, chegando, por fim, a um juiz que precisava estar capacitado para exercer o seu ofício, com a aptidão adicional de gestor da sua unidade de trabalho ou de estruturas mais complexas.

Olhando para o juiz de 1984 e vendo o juiz de 2024, vejo uma caminhada bem singular que, talvez, os que ingressem na magistratura hoje não tenham de percorrer.

Vejo um juiz que se adaptou ao “novo” e, por isso, se considera moderno; um juiz ainda com ânimo para adaptações ao porvir, mas, para além disso tudo, vejo a confirmação do que pensei no início da carreira: é preciso ter *coração e dedicação* para ser um bom magistrado.

XXXXXXXXX